

No Fim da Festa

Quando os mortos reconhecidos por Covid-19 alcançaram os cem mil, mais de um jornalista lembrou que se tratava de duas vezes os soldados imperiais brasileiros que se estima terem morrido nos cinco anos de guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai. A referência registrava o choque motivado por aquela mortandade dos coevos, que ficou gravado na memória brasileira do passado. Porém, comunicadores que registraram a comparação esquecem que, mantendo-se a correção entre a população do país de então e de hoje, a guerra teria ceifado mas um milhão e cem mil vidas e não meia centena.

Por múltiplas razões, a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai é sucesso maior de nossa história. A mortandade que causou, na República do Paraguai e entre os soldados imperiais foi imensa. No relativo ao Brasil, ela consolidou o conservadorismo, a escravidão, a monarquia, a ação imperialista do Estado brasileiro no Prata. Ao contrário do que propõem as visões historiográficas dominantes sobre suas consequências para nosso país, ela atrasou a evolução social e a econômica do país. O conflito teve igualmente resultados historicamente retrógradas para as formações sociais argentina e uruguaia, para não falar da paraguaia.

A Guerra da Tríplice Aliança foi querida, lutada e levada às últimas consequências sobretudo pelo Império do Brasil, devido à decisão soberana de Pedro II e do Estado monárquico-escravista. Razões tiveram os positivistas ortodoxos em apontarem como os dois grandes crimes do Imperador e da Monarquia a defesa da escravidão e a agressão e destruição do Estado nacional paraguaio, então talvez o único Estado-nação sul-americano, nascido sobretudo da Revolução e da Era Francista (1813-1840).

Entre 2014 e 2020, transcorreram os sesquicentenários do começo, desenvolvimento e fim daquele conflito, com consequências profundas e duradouras para todas as nações e Estados nela envolvidos, como apenas proposto. Compreende-se por que as celebrações públicas de qualidade tenham sido mais do que pífias. Na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai, o quinquênio transcorreu sobretudo sob governos sociais-liberais, quando não liberais e emanados de golpes conservadores. Eram todos contrários a reflexões históricas que contribuíssem ao entendimento da regressão civilizatória que se abate com especial força sobre nosso continente.

Mais difícil é explicar as razões do silêncio da Academia sobre o transcurso, principalmente no Brasil. Além de se ter envolvido especialmente na intervenção militar na República Oriental do Uruguai e na guerra contra a República do Paraguai, o Brasil dispõe -difícil dizer até quando- de uma refinada rede de centros de pós-graduação dedicados às ciências sociais, com destaque para a história.

Ensaio de explicações sobre as razões desse lapso são apresentados em textos do presente e oportuno dossiê. No Brasil, por diversas razões, a participação do Império do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança é quase uma questão de Estado. As raízes das mitologias sobre o destino prometeico da alta oficialidade do Exército na administração autoritária do Brasil assentam-se profundamente naqueles fatos. A

história das relações, pouco fraternas, digamos, do Estado brasileiro imperial e republicano com o Estado paraguaio são ainda determinadas por aqueles sucessos.

A realidade é que, por longas décadas, o conflito foi uma espécie de reserva de caça historiográfica dos oficiais das forças brasileiras de terra mais e menos letrados e dos intelectuais acadêmicos que se desenvolveram e se desenvolvem sob suas asas e do Itamaraty.

O fato é que a historiografia brasileira pouco se interessou e pouco escreveu sobre o conflito. E muito menos se traduziu ao português a excelente produção sobretudo argentina e paraguaia sobre aquele conflito, principalmente quando orientada para a dessacralização das explicações mistificadoras e patrioteiras das classes dominantes da Tríplice Aliança e das hostes legionárias paraguaias, suas tributárias.

A não tradução ao português de trabalhos fundacionais sobre aqueles sucessos, como os de Milcíades Peña, Enrique Rivera, Júlio César Chaves, Efraim Cardoso, Juan Crisóstomo Centurión, Richard Alan White e tantos outros, parece ter como principal razão a manutenção do atraso e da suficiência de nossa historiografia sobre aqueles fatos.

O autismo nacional da própria historiografia especializada consolidou a estranha tradição de escrever sobre aquele conflito a partir de um quase total desconhecimento sobre a história e a formação social paraguaia, tratada comum e correntemente, a partir de alguns dos mais torpes e grotescos preconceitos sobre aqueles povo e nação e um simplismo interpretativo realmente atroz.

Há talvez uma razão complementar pouco explorada sobre o pouco interesse tradicional sobre aquele conflito. A historiografia marxista ou se reivindicando do marxismo pouco abordou aquele sucesso histórico. Em geral, desde sempre, ela viveu mais voltada para a Europa do que para as nações nossas vizinhas. Quando ela se encontrava sob a direção-influência do PCUS, defendeu as teses da colaboração com a burguesia dita progressista. Embebidas em visões positivistas burguesas, apresentou como paladinos do progresso de nossa nacionalidade os “militares republicanos”, no geral os mesmos que realizaram os massacres do Paraguai e de Canudos.

Mais recentemente, valiosos e criativos historiadores marxistas brasileiros centraram seus estudos no Período Republicano, com destaque para os anos sucessivos à Revolução de 1930. Não apenas essa vertente metodológica sempre teve dificuldade em articular os períodos colonial e monarquista de nosso passado, sob o domínio da escravidão colonial, com os tempos de trabalho assalariado livre, sob as leis tendenciais próprias a uma formação social capitalista, mesmo atrasada. Fenômeno que começa a ser superado apenas nos últimos tempos.

As razões são múltiplas, mas a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e suas múltiplas decorrências, mesmo avançando quantitativamente, e produzindo trabalhos sobretudo monográficos valiosos sobre o Brasil, encontra-se semi-congelada, no que se refere às interpretações profundas daqueles sucessos e à construção de uma historiografia que rompa com as interpretações emanadas das classes dominantes do passado e do presente. Nesse relativo, dominam ainda as restaurações acadêmicas da historiografia nacional-patriótica construída à sombra do Estado imperial e nos primeiros tempos da República.

* * *

Há pouco mais de uma década, desenvolveu-se no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo o talvez mais amplo e orgânico projeto de investigação sobre aquele conflito, na perspectiva da produção de uma nova historiografia revisionista, acadêmica e científica sobre a Guerra Grande, a partir da ótica dos povos de então e de agora, que não tiveram e seguem não tendo contradições entre si.

Esse programa resultou em um ensaio de uma história geral daquele conflito, em quatro tomos, de minha autoria, e em dissertações de mestrados, em teses de doutoramentos, em seminários e encontros acadêmicos, em dossiês da revista do Programa, etc. Esse esforço contou sempre com o apoio do PPGH da UPF, com destaque para sua coordenadora, a dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Todo esse trabalho se realizou em íntimo contato com os arquivos, bibliotecas, instituições acadêmicas do Uruguai, da Argentina e sobretudo historiadores do Paraguai. Grande parte dessa produção, disponível em português, foi traduzida ao espanhol e publicada no Paraguai, onde os pesquisadores do PPGH da UPF foram recebidos com uma atenção e uma gentileza verdadeiramente singulares.

O presente dossiê trás trabalhos de alguns daqueles investigadores e de muitos outros, que abraçam agora essa batalha. Gostaria de destacar a presença do dr. Jorge Luiz Prata de Sousa, nas últimas décadas, autor de um dos trabalhos pioneiros dedicados exclusivamente ao tema a romper com as amarras referidas que o atavam.

Com o presente dossiê, a Revista Semina da Associação dos Pós-Graduandos em História da Universidade de Passo Fundo celebra a conclusão do sesquicentenário da Guerra Grande, pelo PPGH da UPF, e de certo modo assume o compromisso de retomar e fazer avançar a tradição já consolidada nessa instituição sobre aquela hecatombe, mesmo nesses tempos sombrios que atravessamos.

Mário Maestri, Gênova, 1 de setembro de 2020